

PESQUISA EM TEMPO DE PANDEMIA:

ENSAIO SOBRE INTERDIÇÕES, POSSIBILIDADES E RESULTADOS

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES*

Resumo O artigo, que tem o sentido de ensaio, caracteriza-se como uma *escrita de si*, que tem por objetivo discutir questões relativas à pesquisa histórica em tempos de pandemia. Aborda dois aspectos principais, que apontam para diferentes direções. Por um lado, as interdições colocadas pela adoção do distanciamento social, implicando a interdição da pesquisa física em arquivos; por outro, o mergulho nas possibilidades abertas pelo avanço dos meios digitais. Para uma melhor análise destes, o artigo detém-se na montagem de uma síntese dos avanços da tecnologia ao longo do tempo, com vistas a comprovar a tese da aceleração da história. Colocando o computador e a Internet como destaques, o texto evolui para reflexões pertinentes à criação dos arquivos digitais, sendo dado destaque às hemerotecas digitais. No exercício da escrita, são as experiências da própria autora que se tornam objeto, como forma de demonstrar como as possibilidades abertas pela pesquisa remota aos jornais, com o uso de palavras de busca como instrumento de condução de pesquisas que têm no método indiciário um caminho e no uso de técnicas de análise de discurso um facilitador na consecução da escrita da História.

Palavras-chave: Pandemia. Pesquisa histórica. Hemerotecas digitais.

Research during pandemic times: an essay on interdictions, possibilities and results

Abstract: This essay can be thought of as an exercise on *self writing*. Its aim is to discuss issues concerning historical research in pandemic times. It deals with two main aspects: on the one side interdictions created by social distancing, which prevents physical research on archives, and on the other, inquiries on the possibilities opened by the advance of digital media. In order to better analyze these aspects, this paper attempts to outline a synthesis of technological advances, in an effort to prove the thesis of the acceleration of history. Casting computers and the Internet as main characters, the paper reflects on the creation of digital files, particularly digital newspaper libraries. In this writing exercise, the author's own experiences are taken of as an object, as a way to discuss the possibilities allowed for by remote research on newspapers, through both the use of search words as a tool in the conduction of researches that use indicatory methods and the use of discourse analysis' techniques as a way to make it easier the writing of History.

Keywords: Pandemic. Historical research. Digital newspaper libraries.

* Professora Emérita e Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde integra os Programas de Pós-graduação em História e em Relações Internacionais. É pesquisadora do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa), Pesquisadora colaboradora do Centro de População, Economia e Sociedade (CEPESE) da Universidade do Porto e Coordenadora do Laboratório de Estudos de E/Imigração (LABIMI/UERJ). E-mail: lenamenezes@hotmail.com

A História não apenas consiste em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos. (BLOCH apud REMON, 1996, p. 201).

O LUGAR DE FALA

A pesquisa aqui referida tem por campo a História, o que implica necessariamente em um mergulho no tempo, considerando-se que não apenas este conforma o campo quanto “adere ao pensamento do historiador como a terra à pá do jardineiro”, conforme já disse Fernand Braudel (1972, p. 58), aqui citado porque a autora acredita que é sempre salutar voltar aos clássicos. Como “dialética da duração”, a História assenta-se em um tempo multidimensional, que comporta velocidades variadas. Nesse processo, a existência de resistências, ao lado do movimento, faz com que o novo *coabite* com o constante e o repetido (BRAUDEL, 1972, p. 37).

Da mesma forma que “o tempo adere ao pensamento do historiador”, as fontes, necessariamente, aderem aos textos históricos, impondo a perseguição a um método científico que defina a escrita da História para além de uma narrativa como qualquer outra, apesar do diálogo que ela hoje trava com a Literatura. Ainda que seja impossível resgatar ou reconstruir o passado, sua construção, pelo historiador, precisa ter documentos (escritos e não escritos) como base, pois é no diálogo entre a fonte e o historiador que o passado deve tomar corpo. Ou seja, como disse Lucien Febvre, não pode haver História se uma questão não está posta: “se não há pergunta, só há o nada” (FEBVRE, 1977, p. 25). Nesse sentido, a História escrita não é ficção, pois se assenta em indícios e registros documentais, ainda que disputas narrativas sempre estejam colocadas e a luta de representações tenda a se acirrar em tempos como o que agora está sendo vivido, marcado por tantos e perigosos retornos. Como argumenta Michel Certeau:

Se, pois, o relato ‘daquilo que aconteceu’ desaparecer da história científica (para, em contrapartida, aparecer na história vulgarizada), ou se a narração toma o aspecto de uma ficção própria de um tipo de discurso, não se poderia concluir daí o desaparecimento da referência ao real. Esta referência foi, ao invés, deslocada. Ela não é mais imediatamente dada pelos *objetos* narrados ou ‘reconstituídos’. Está implicada na *criação* de ‘modelos’ (destinados a tornar os objetos ‘pensáveis’) proporcionados às práticas, pela confrontação com o que lhes resiste, o que os limita e exige outros modelos [de análise], finalmente, pela elucidação *daquilo que tornou possível* essa atividade inscrevendo-a numa economia particular (ou histórica) da produção social (CERTEAU, 2000, p. 53).

A partir dessas reflexões, cabe a pergunta, apropriada do mesmo autor: – O que é fabricado pelo historiador? A ela, acrescento outra: – Como se opera essa *fabricação*? Como respostas, poderia ser afirmado que o historiador *fabrica* um discurso sobre o passado, baseado em fontes e por meio de uma pesquisa metódica, centrada não apenas em documentos escritos quanto em tudo aquilo que registra a passagem do homem pela vida, poeticamente descrito por Febvre como “(...) tudo o que o engenho dos homens pode inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos, os estragos do esquecimento” (FEBVRE, 1977, p. 32).

Diz Certeau (2000, p. 72) que é na “fronteira mutável, entre o *dado* e o *criado*, e finalmente entre a natureza e a cultura, que ocorre a pesquisa.” Sua reflexão tem mais de quarenta anos, inserida nas discussões que faz sobre a História como prática. Apesar da distância temporal, sua afirmação está aqui apropriada no sentido de pensar que é nessa fronteira desafiadora que o historiador precisa transitar quando reflete em tempos de pandemia e sobre a pandemia.

Vivemos, a partir das décadas finais do século e milênio passados, o contexto de uma produção histórica que reduziu escalas e passou a se movimentar em um âmbito micro, certamente com inúmeras armadilhas. A partir da chamada *virada linguística* nos anos 1980, ocorreu o retorno da narrativa e uma nova credibilidade foi dada às biografias e às trajetórias, elegendo, como protagonistas, tanto homens *extraordinários* quanto *pessoas comuns*, especialmente no caso dos estudos migratórios. A volta da narrativa, por sua vez, vem ampliando abordagens e perspectivas,

inclusive com relação às fontes, com técnicas de análise de discurso que possibilitam não apenas o estudo das práticas como também das representações: sobre fatos, sobre a vida e sobre o mundo.

Para o historiador preocupado em contextualizar o homem em suas circunstâncias conjunturais, trabalhar em uma escala reduzida implica não descartar o macro, mas trabalhá-lo em outras perspectivas. Em uma pesquisa sobre minha própria família, por exemplo, o mergulho no micro da particularidade possibilitou-me constatar a incidência de casamentos consanguíneos, com repercussões em termos genéticos, que mais tarde, constatei ter sido comum em famílias açorianas, indício, ademais, de que o historiador tem que estar sempre atento às interrelações entre natureza e cultura, sobre as quais discorreu Certeau.

Nos tempos hoje vividos, marcados por perplexidades surperpostas, o retorno do olhar para o passado, mais ou menos longínquo, tornou-se quase uma necessidade, quer por parte dos historiadores da saúde quer por parte do homem comum, atemorizado por um vírus devastador e por sinais explícitos da volta dos fascismos. Nessa busca, o *encontro* com o passado demonstra que não apenas as epidemias e pandemias foram recorrentes quanto imprimiram novas formas de viver e de pensar a humanidade.

Nessas novas formas de viver, considerado o presente, ninguém tem dúvidas do papel desempenhado pela tecnologia, em vertiginosa mudança desde a revolução científica de fins do século XIX. Ela assumiu centralidade por conta da pandemia, abrindo um horizonte amplo de mudanças, inclusive no mundo do trabalho, com a instituição das atividades remotas e dos escritórios virtuais. No caso da documentação on-line, as hemerotecas digitais tornaram-se fundamentais à pesquisa histórica, o que pode ser comprovado, por exemplo, por recentes publicações que se voltam para o diálogo entre presente e passado, buscando estabelecer proximidades e distanciamentos entre a atual pandemia e a chamada gripe *espanhola*, com o desvelamento de que, assim como em 2020-21, os anos 1918-19 conheceram, também, o isolamento social, o uso de máscaras e a busca por remédios miraculosos, caso dos produtos à base de quinino.

A necessidade do isolamento social impactou não apenas as relações interpessoais quanto, no tocante ao trabalho do historiador, impôs a interdição da ida aos arquivos e da consulta à imensidão de documentos neles depositados. Dificultou, ainda, no caso da História Oral, a realização de entrevistas e a coleta de depoimentos, em tempos nos quais as biografias ganharam novo relevo e a descrição de trajetórias vivas trouxe o *homem comum* à cena, especialmente na temática das migrações, à qual, há tempo, venho me dedicando.

A interdição da ida aos arquivos privou o historiador da adrenalina possibilitada pela busca de fontes; da satisfação contida no encontro de papéis amarelos e quebradiços, prestes a quebrar como vidro precioso que transborda história; da alegria da descoberta de um registro capaz de abrir horizontes novos no conhecimento de determinado tema. Foi o que senti quando, no Arquivo Histórico do Itamarati, encontrei um breve memorando que me esclarecia sobre uma questão até então mergulhada em *zonas de sombra*: o custeio das passagens dos indivíduos expulsos do país, no contexto da Primeira República, que, em determinadas conjunturas, foram muitos. Após muito buscar por informações nos relatórios policiais, pude saber, enfim, que essa despesa estava *escondida* na rubrica “material de polícia”. Ou seja, era algo intencionalmente ocultado. (ver MENEZES, 1996).

Em outras palavras, foi o pesquisador duplamente penalizado, por um vírus desconhecido e letal. Em primeiro lugar, por seu afastamento do contato *físico* com os arquivos e suas preciosidades documentais, até porque nem todos oferecem acesso remoto e, no caso dos que oferecem, muitos documentos não estão disponíveis; caso dos processos criminais. Em segundo lugar, por sua não livre circulação, impedindo seu *mergulhar na vida*, essencial ao seu trabalho. É certo que muitos avanços foram registrados nos últimos tempos, em termos de digitalização, mas há, ainda, um longo caminho por percorrer. Inertes nas prateleiras, parte da documentação espera, há mais de um ano, por aquele capaz de a despertar para a vida.

A COVID-19, certamente, não foi a primeira grande pandemia na História da humanidade, mas sua dimensão internacional foi, indiscutivelmente, um diferencial, resultado de um mundo *tornado menor* (BARRACLOUGH, 1976) pelo avanço da tecnologia e pela interconexão entre os povos.

É importante lembrar, entretanto, que qualquer crise, especialmente as de maiores proporções, representam mudanças, nem sempre em direção ao melhor como demonstrou a *Grande Depressão*, que abriu caminho para os fascismos, aqui utilizado no plural, com o faz Pierre Milza, devido às suas diferentes manifestações. De qualquer forma, as crises afetam sempre o que está estabelecido e, principalmente, os países que se colocam como *ponta* do processo. Vide a crise do século XIV, com centralidade nos efeitos da peste negra, que solapou as bases do feudalismo, com esvaziamento do campo e o afrouxamento das relações servis; a crise do século XVII, que levou à decadência espanhola e à projeção da Holanda e, depois, da Inglaterra em termos de hegemonia marítima. Com relação à gripe dita espanhola, alguns de seus resultados estão, ainda, carentes de estudos, o que me motivou a dar início a uma pesquisa sobre a devastação que o vírus, como combatente invisível, promoveu nas trincheiras ocidentais, em especial, nas alemãs, como noticiaram os jornais.

Ao lado do novo, portanto – é bom lembrar – subsistem, como resistências, elementos recorrentes e aqueles que se arrastam quase sem mudanças. Ou seja: “(...) jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar” (BRAUDEL, 1967, p. 33). De qualquer forma, presentes traumáticos tendem a projetar horizontes novos, ou a acelerar processos em andamento, representando descontinuidades em termos de impulso à mudança. Entre esses processos, a aceleração em direção a um mundo de conformações digitais, inclusive no tocante ao trabalho, terá destaque nas reflexões que aqui estão apresentadas.

TECNOLOGIA: MOTOR DE ACELERAÇÃO NA HISTÓRIA

Na conjugação entre o tempo marcado pelo evento, o tempo de média duração e o tempo que se arrasta em mudança lenta ou lentíssima, a tecnologia assume *papel* central na superação do passado, colocando-se como *locomotiva* da mudança. Por conta dela, a história vivida, a partir de fins do século XIX, entrou em processo visível de aceleração, o que pode ser medido pelas durações que separam a descoberta e aplicação prática de uma invenção ou descoberta, gerando uma técnica ou novas práticas. Tomemos como exemplo o caso dos transportes terrestres.

Uma das grandes invenções da Antiguidade foi *acoplar* rodas ao cavalo, fazendo surgir a biga. Esta só foi superada pela carroça de quatro rodas, no século XIV. Dos 1300 aos 1800, foi esse o meio de transportes que suportou a expansão europeia, o comércio e o surgimento da burguesia. No tocante aos transportes, cabe lembrar que, em inícios da Revolução Industrial na Inglaterra (idos de 1760), a quase impossibilidade de mover carroças em terrenos encharcados, resultado dos índices pluviais no centro do país, levou à abertura de canais, com paradas de cavalos, nas margens, puxando barcaças, aliviando, assim, o peso das mercadorias e atendendo à demanda crescente pela circulação de produtos.¹ Melhor dizendo, a ferrovia só surgiu quando a revolução já estava em desenvolvimento.

A locomotiva, *filha* do século XIX, representou a primeira colocação da máquina em movimento. A partir de então, o caminho do aperfeiçoamento impôs-se, na perseguição à velocidade, com o recurso a novas fontes de energia tornando-se motor do capitalismo. A máquina em movimento (trem, navio, automóvel, avião, foguetes) tornou-se imperativa não só no transporte de mercadorias quanto no ir e vir, coletivo e individual. Em conjugação com o *trem* da tecnologia, acelerou-se a história e o devir tornou-se constante surpresa, a impactar uma mesma geração; processo aprofundado pela Revolução Científica e Tecnológica, que, ao consagrar o encontro entre ciência e técnica, conformou desenhando o mundo contemporâneo.

Ainda que a locomotiva e o navio a vapor levassem a informação para longe dos locais onde ela era produzida, o telégrafo, em meados do Novecentos, acelerou o processo, dando ao homem a sensação da instantaneidade (BARBIER; LAVENIR, 1996). Basta lembrar que uma informação levava três meses para chegar do Novo ao Velho mundo e vice-versa. Desde que a primeira linha telegráfica atravessou o Canal da Mancha, em 1850, as ligações via telégrafo rapidamente venceram os oceanos (1858 e 1864) e um conjunto estratégico de cabos submarinos envolveu o planeta. “Informação e comunicação tornaram-se palavras-chave do discurso da modernidade” (CHARAUDEAU, 1997, p. 6), com o telégrafo antecipando, em pouco mais de cem anos, as redes interconectadas que, hoje, dão forma à Internet.

No tocante ao computador e à Internet, algumas datas destacam-se como decisivas, demonstrando, ademais, a aceleração que tem sido pontuada. O ano de 1945 marcou a entrada em funcionamento do primeiro computador eletrônico; 1965, a chegada do computador pessoal e 1969, o surgimento da Internet, marcado pelo envio do primeiro e-mail da história. Essa cronologia desperta a atenção, tendo em vista que o espaço de tempo transcorrido entre o funcionamento do primeiro computador eletrônico e o advento da Internet é de apenas 24 anos. O próprio telefone, invenção de finais do século XIX, teve que ser reinventado, transformando-se em um aparelho que, cada vez mais, toma a configuração de um computador pequeno, leve e portátil.

Nessa revolução informática, o papel e o livro vêm cedendo lugar a documentos e e-books. No caso do livro impresso, entretanto, as resistências têm sido maiores do que o esperado. Tudo, porém, parece ser questão de tempo.

No caso dos arquivos, estes vêm tendo, cada vez mais, expressão digital e, sem dúvida, instituições por todo mundo tornaram-se acessíveis a pesquisadores fisicamente presentes em lugares distantes. Muito resta, entretanto, por ser feito, visto que a maioria da documentação ainda não está disponível, principalmente em algumas instituições, nem tampouco, milhares de documentos ainda foram colocados nas *nuvens*, o que, aliás, desperta preocupação nos historiadores, pela possibilidade de se *desmancharem no ar*. Nesse caso, ao lado do progresso, possibilitado pela tecnologia, interpõe-se o medo da não materialidade dos novos meios de armazenamento da informação. De qualquer forma, a pesquisa remota é fato irreversível e amplia possibilidades. Nesse processo, a pandemia colaborou para acelerar e, em um processo de ensaio e erro, consolidar o *viver* digital.

HEMEROTECAS DIGITAIS: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

A pandemia e os problemas por ela gerados na sociedade despertaram um amplo interesse sobre o passado e, muitos pesquisadores, como também simples curiosos, acessaram hemerotecas por todo mundo, em busca de um conhecimento que pudesse dar respostas a algumas perguntas, ou, pelo menos, aplacar angústias, especialmente, sobre a chamada gripe espanhola. Pode ser citado, por exemplo, o recente livro de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling sobre a gripe espanhola no Brasil, no qual os jornais foram utilizados como fontes essenciais, no tocante a práticas como o uso da máscara e os remédios e curas miraculosas. Por conta do distanciamento social, certamente, as autoras valeram-se da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

No tocante à pesquisa nos jornais, “best-sellers de um dia” (ANDERSON, 2008) cabem algumas reflexões iniciais, concernentes a tempos passados. Os pesquisadores que elegeram os jornais como fontes para a pesquisa, antes do advento dos meios digitais, bem sabem as dificuldades que existiam, quer no tocante à quantidade das edições a serem consultadas quer no que diz respeito às dificuldades de leitura dos microfilmes. A quantidade do material a ser consultado impunha, ao historiador, a adoção de metodologias de amostragem, que estabeleciam, por exemplo, consulta a edições com base no rodízio de dias da semana, a priorização de um pequeno escopo ou de um único jornal.

A opção pela amostragem por meio do rodízio, ou a redução do escopo dos periódicos a serem consultados, abriam caminho para muitas exclusões que acarretavam, quase sempre, perigosas lacunas no tratamento do tema pesquisado. Isso explica, em última instância, por que o foco de análise, durante muito tempo, manteve-se na análise da imprensa de *per si*, ou de um determinado jornal. Quando alguns ousavam ir além disso, buscavam, em geral, notícias que pudessem ilustrar fatos, ou fornecer *comprovações* de análises baseadas em outros tipos de fontes.

Outro fato a destacar é a questão das fontes jornalísticas, por muito tempo, serem consideradas como destituídas de *nobreza*, considerada sua subjetividade. Essa postura começou com o advento da História Social e, depois, da História Cultural, com o uso da análise de conteúdo e de técnicas de análise de discurso, incentivada pela visão de que cabia “À História [cabia] não apenas (...) saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos” (BLOCH apud RÉMOND, 1993, p. 201); proclamação antiga, que durante bastante tempo foi negligenciada.

Minha experiência com os jornais é antiga, e tive oportunidade de vivenciar todas as dificuldades e limites anteriormente citados. Em pesquisa desenvolvida sobre francesas no Rio de

Janeiro imperial, por exemplo, busquei no *Ba-ta-Clan* e em revistas de edição limitada informações sobre as chamadas *cocottes comédiennes* que se apresentavam no Alcazar Lírico, nos idos de 1868. Ou seja, a pesquisa foi circunscrita em um pequeno universo, contemplando, apenas, um ano de temporalidade. Em outra experiência, já inspirada na referida *virada linguística*, busquei matérias que me pudessem demonstrar as formas pelas quais a Revolução Russa de outubro de 1917 foi divulgada na imprensa, o que se desdobrou em tese apresentada ao Concurso de Professora Titular da UERJ, em 2000, lançada em livro com o título *Tramas do Mal: a imprensa e os discursos de combate à revolução* (MENEZES, 2019). Foi na revisão da tese para publicação que tive, pela primeira vez, a dimensão das possibilidades abertas pelas hemerotecas digitais, através, principalmente, das palavras de busca.

A primeira dessas possibilidades é o acesso remoto, que libertou o pesquisador da necessidade dos deslocamentos e dos horários rígidos das instituições. O segundo, e mais importante, as possibilidades abertas pelo recurso às palavras de busca, que fizeram desaparecer grande parte dos obstáculos anteriormente enumerados, oferecendo bases para uma pesquisa mais densa. Quando bem escolhidas, elas pavimentam caminhos mais fáceis de pesquisa, eliminando o perigo da sujeição a zonas de sombra advindas do estabelecimento de amostra definida de forma aleatória, além de possibilitar a ampliação do escopo temporal, permitindo consulta a todos os números que trazem menção à palavra ou às palavras selecionadas.

Essas possibilidades, para muitos, foi uma descoberta em tempos de pandemia; para mim, entretanto, condicionada pela pandemia, um retorno, em novas bases, aos jornais, no desenvolvimento de pesquisa sobre tensões intragrupo, com o foco em imigrantes portugueses, quando, impossibilitada de consultar os processos-crime, fui pressionada a buscar respostas nos jornais e, unicamente, nos jornais.

A partir do relato dessa experiência de busca e processamento de dados, que nada tem a ver com a pandemia, em termos temáticos, mas que me vem permitindo conhecer melhor o cotidiano carioca, ao tempo da *grande imigração* de finais do século XIX e inícios do XX, deixo o teórico para mergulhar no empírico. Quem sabe o exemplo possa vir a se constituir em inspiração para outros projetos.

Desenvolvido com bolsa de produtividade do CNPq, o projeto, intitulado: “Portugueses/as e galegos/as no Rio de Janeiro: tensões, disputas e conflitos no interior e entre grupos”, previa três etapas: a busca, nos jornais, de nomes de portugueses envolvidos em atritos, brigas e, em casos extremos, em assassinatos, sujeitos à intervenção policial; a constituição de uma amostra de nomes que servisse de base para a busca, em arquivos, especialmente no Arquivo Nacional, dos processos-crime contra eles instaurados; o retorno aos jornais para análise das formas pelas quais as informações eram por eles divulgadas.

Logo após ter levantado os nomes e estabelecida uma amostra, com base em uma tipologia de delitos, teve início a pandemia e o Arquivo Nacional fechou as portas. À medida que o tempo passou, fui tomando consciência de que precisava reconfigurar o projeto, tornando os jornais o único *lugar* de pesquisa, tendo em vista o tempo que me restava para finalizar o trabalho. Nessa reconfiguração, ampliei o número de palavras de busca e desenvolvi uma metodologia baseada na análise do conteúdo das notícias, com atenção para registros relativos à conjuntura, ao espaço e ao perfil dos envolvidos. Essa *virada* demonstrou que a consulta aos jornais era suficiente para tratar o tema, com o desenho de uma verdadeira cenografia do cotidiano vivido à época da imigração de massa de finais do século XIX e inícios do XX.

Nessa cenografia destacaram-se determinados tipos de delito, com destaque para tensões, brigas e agressões ocorridas nos espaços do trabalho, ou por questões ligadas ao trabalho; inimizades entre vizinhos, envolvendo novos desafetos e inimizades *importadas*, considerando-se o processo de formação de cadeias migratórias, que levavam imigrantes nascidos em determinadas vilas de Portugal a se concentrar em determinados bairros; relações conflituosas entre jovens, caixeiros empregados ou desempregados; brigas de botequim, onde o álcool fazia emergir atitudes agressivas; brigas domésticas, ou não, que projetavam a violência contra a mulher; questões ligadas ao acolhimento e exploração.

Contrariando o que venho denominando *mito da solidariedade* entre conterrâneos, os jornais demonstram que os locais de trabalho podiam se converter em campos de luta, com eventos que, algumas vezes, resultavam em morte. Veja-se o atentado cometido por José Luiz contra Manuel

Coimbra, em uma chácara situada na periferia do centro urbano, publicado pelo *Jornal do Brasil*, no ano de 1900, com o título “Cidade violenta”:

Deveras lamentável foi a cena de sangue que se deu ontem, às 4 horas da tarde, em uma chácara de hortaliças à rua Duque Estrada Meyer.

Foram protagonistas os portugueses José Luiz e Manuel dos Santos Coimbra, ambos casados e companheiros de trabalho.

Por causa do serviço da chácara, travaram os dois pequena discussão e, exaltando-se os ânimos, passaram às vias de fato.

José Luiz, espumando de cólera, por ter sido dominado na luta pelo companheiro, sacou de uma afiadíssima faca de ponta e cravou-a nas costas de Coimbra,

Tal foi o vigor do golpe que a arma embebeu-se-lhe toda no corpo atingindo o pulmão esquerdo!

Assim gravemente ferido, Coimbra rolou por terra arquejante, enquanto se evadia o seu ofensor (JORNAL DO BRASIL, 15 maio 1900, p. 2).

O fato, segundo o jornal, foi comunicado ao delegado da 17ª circunscrição, sendo o ferido transferido para o hospital da Misericórdia. Aberto o inquérito, o agressor foi preso e recolhido ao xadrez, vindo o ferido a falecer com a idade de quarenta anos.

Esse foi, sem dúvida, um caso extremo, mas outros, igualmente noticiados, demonstram que não só a cidade era violenta quanto os trabalhadores, pressionados por suas circunstâncias, tendiam a atos extremados. No conjunto, o setor dos carretos concentrou o maior número de registros. O mundo do trabalho, dessa forma, para além das reivindicações operárias, consideradas “caso de polícia”, colaborava, de outras formas, para o clima de *desordem* denunciado pelas autoridades policiais, não faltando aquelas que atribuíam às más correntes migratórias a situação vivida na cidade, como o fez Elysio de Carvalho, professor da Escola de Polícia e organizador da Biblioteca do Boletim Policial.

É possível dizer que os carregadores estavam sempre com os nervos “à flor da pele”, pois brigas entre eles eram muito comuns, ocasionadas, principalmente, por discussões relativas a espaços para descargas e estacionamento de suas carroças. Em uma cidade de ruas estreitas, estacionar as carroças para descarga era sempre um problema. Lembre-se que, em algumas ruas do centro urbano, os bondes passavam quase encostados à fachada dos prédios, merecendo, antes do advento dos bondes elétricos, descrições divertidas sobre pessoas que, literalmente, saltavam para dentro dos estabelecimentos, para fugir aos cavalos em disparada. Deve ser lembrado, também, que, antes dos transportes motorizados, a cidade só dispunha, para os carretos, de carroças puxadas por cavalos, ou pelos braços dos carroceiros, os “burros sem rabo”. Para estes, parar os veículos longe dos locais de entrega era sempre causa de irritação, gerando conflitos constantes, como o que envolveu, na tarde de 11 de fevereiro de 1895, Manoel Zeferino de Souza, que desferiu uma facada em Joaquim Victorino Gomes, após questioná-lo sobre a questão da preferência na descarga (O PAIZ, 13 fev. 1895, p. 2).

Ao dirigir-se o olhar para a dimensão fugidia das sensibilidades, não é difícil imaginar o impacto que representava, para um carroceiro, dirigir-se a um determinado endereço e verificar que, bem à frente do estabelecimento ou casa, onde deveria proceder à descarga, já havia outra carroça estacionada.² Isso significava ter que continuar a procurar um lugar para parar, pois era impossível atravancar as ruas, regra geral, estreitas. Por vezes, o local que possibilitava o estacionamento ficava muito distante do local de entrega, o que implicava a necessidade de carregar peso, por vezes, descomunal, à cabeça, nos braços, ou às costas. Regra geral, a função era desenvolvida, para além de antigos escravizados, por portugueses de pouca instrução e nenhuma qualificação, que tinham poucas condições de resolverem impasses por meios outros que não fosse a força bruta.

O estabelecimento de *cadeias migratórias* entre o *lá* (Europa) e o *cá* (Brasil) estabelecia *pontes* entre aldeias portuguesas e determinados bairros do Rio de Janeiro.³ O processo de deslocamentos encadeados possibilitou que familiares, vizinhos e amigos partissem ao encontro de conhecidos já fixados no além-mar, com o estabelecimento de fluxos permanentes de informações. Facilitou, também, a possibilidade de cicatrizar, do outro lado do Atlântico, fissuras familiares e reatar

relações de amizade rompidas com a partida; por outro, porém, reforçou ou criou, por diferentes motivos, alguns antigos ressentimentos.

O convívio saudável e os momentos felizes de confraternização fazem parte dos relatos de imigrantes, sempre que eles são convidados a narrar suas experiências em terra estrangeira. Esse, porém, é um dos lados de uma moeda de duas faces que contempla, também, o convívio conflituoso, sempre pronto a evoluir para brigas e agressões.

Segundo o jornal *O Paiz*, por exemplo, “velhas rixas” opuseram, nos idos de 1890, o estucador Domingos Magalhães e o carpinteiro Joaquim Matheus Junior. O segundo, após acirrada discussão, em um dia de domingo quando Domingos passeava com a esposa, “armado de um cacete, que brandia corajosamente”, [feriu] o casal na cabeça” (O PAIZ, 24 mar.1890, p. 3).

A presença de menores nas ruas, quer empregados nos estabelecimentos comerciais de propriedade portuguesa, regra geral como caixeiros, bem como menores *vadios*, que perambulavam sem destino pré-determinado e aqueciam os motins, merecia a atenção e vigilância constante das autoridades policiais. Presos por furtos ou agressões nas ruas, muitos deles não tinham “quem os abonasse”, como costumava constar nos prontuários policiais, alternando as ruas com os cárceres, sendo, por isso, denominados *chêvaux de retour* (cavalos de retorno) pelos *agentes da ordem*, mimetizando gíria utilizada pela polícia de Paris.⁴

José Nunes Lourenço e Álvaro Barbosa Torres foram dois desses jovens, companheiros de trabalho, que entraram em luta corporal, durante a qual o segundo causou ferimento ao primeiro. Ambos eram portugueses e empregados em um açougue situado à rua do Catete, n.º 16. O caso foi assim narrado pelo jornal *Correio da Manhã*, em 1910:

O serem companheiros de trabalho não os faz bons amigos, alimentando terrível ódio um contra o outro.

Ontem a explosão se deu. Discutiram azedamente, até que Álvaro, lançando mão de uma faca, vibrou tremendo golpe de 10 centímetros de extensão na região deltoideana esquerda [sic], interessando a pele e seccionando a camada muscular subjacente do infeliz José Nunes Lourenço.

Após isso o criminoso fugiu.

O ferido, transportado para a farmácia Corrêa do Lago, à praça José de Alencar, daí foi levado para o Posto Central de Assistência, onde recebeu os curativos de que necessitava (CORREIO DA MANHÃ, 14 mar. 1910, p. 4).

A informação de serem menores os envolvidos por vezes tinha destaque nos jornais, como no caso que envolveu Agostinho Ferreira Seabra e Samuel da Rocha, que entraram em luta corporal que teve, por desfecho, agressão a faca levada a efeito por Agostinho.

O fato de Agostinho Seabra ser “caixeiro de venda” indica, indiretamente, sua origem portuguesa. Com relação a Samuel, não há indícios de sua nacionalidade, apenas o fato dele ser menor. A partir das evidências dada pela notícia, é possível pensar que os dois eram velhos conhecidos, sendo a agressão explicada por tensões acumuladas. No meio da “caixeirada”, animosidades, disputas e brigas eram relativamente comuns, podendo ser citado, como outro exemplo, a navalhada dada por Antonio Vieira em Joaquim José da Motta:

O “Vieirinha” dá uma facada n’um Carregador

Antonio Vieira, mais conhecido pelo vulgo de *Vieirinha*, empregado numa casa de comércio da rua Treze de maio, teve ontem uma turra com o carregador da casa, Joaquim José da Motta, travando forte discussão.

Quando ia esta mais acalorada, Vieirinha puxou de uma faca e feriu Motta no hemithorax [sic] esquerdo.

Preso em flagrante por populares, *Vieirinha*, homem mau, puxou de uma navalha e golpeou-se no pulso esquerdo.

Isso não o invalidou para o xadrez, após receber curativos da Assistência.

Motta, após receber também curativos no Posto, foi para a Santa Casa (CORREIO DA MANHÃ, 2 nov. 1910, p. 3).

A história cotidiana do Rio de Janeiro não fica completa sem a referência aos botequins (*butequins* na linguagem popular), voltados ao oferecimento de bebidas e petiscos, com destaque para os mais populares: os *pés-sujos*, preferidos por portugueses que se queriam estabelecer como comerciantes.

A partir da virada dos séculos XIX para o XX, com o crescimento da indústria de bebidas, com destaque especial para a produção da cerveja, os botequins proliferaram na cidade, acompanhando a expansão da malha urbana – processo no qual os portugueses foram partícipes. Segundo Luís Edmundo, no Rio de Janeiro da *Belle Epoque*, “bebia-se muito, bebia-se demais, bebia-se como talvez não haja ideia de se haver bebido no Brasil”, bebia-se “por gosto, por vício, por ser chic, por obrigação, para não fazer feio, para não desmanchar prazeres” (EDMUNDO, 1957, p. 408, 424). Se, no Rio Imperial, a preferência recaía nas bebidas quentes, como o vinho (importado) e a aguardente, os novos tempos foram marcados pelo costume de consumir a cerveja, sempre “bem-gelada”. Acompanhada por um prato de petiscos, a garrafa de cerveja era presença obrigatória nas mesas onde se reuniam amigos e conhecidos, compondo o cenário de muita conversa *jogada fora*, interrompida para um eventual jogo de sinuca, tendo em vista que a mesa de bilhar era presença praticamente obrigatória no mobiliário dos estabelecimentos.

Destaque-se que a conjuntura de expansão na produção e consumo da cerveja foi também marcada pela imigração de massa e pela formação de bairros operários, por vezes em locais distantes, devido à essencialidade da água para a indústria fabril, em especial para a têxtil. Em novos bairros, altas chaminés e o apito que compassava as jornadas de trabalho passaram a marcar o cotidiano. Cada vez que o apito soava, anunciando que estava terminada mais uma jornada de trabalho, os botequins recebiam trabalhadores em busca de momentos de relaxamento e diversão. Nos domingos, o tempo de ócio também podia incluir passar algum tempo no botequim confraternizando com os amigos, dessa feita, comemorando o fim de uma semana de trabalho.

Durante ou em fins de semana, no balcão, ao redor das mesas de serviço, ou nas de sinuca, trabalhadores, em busca de descontração, muitos deles conterrâneos, não só “jogavam conversa fora” quanto bebiam; por vezes muito mais do que deveriam. Nessas ocasiões, o álcool podia subir à cabeça, desdobrando-se em discussões, agressões e lutas corporais. Guardados os distanciamentos necessários, os botequins do Rio revisitavam as tabernas do início da industrialização na Inglaterra, tão bem estudadas por Thompson (1987).

Nos jornais, há várias notícias cujo tema são brigas ocorridas nos botequins, envolvendo estrangeiros, regra geral, companheiros de trabalho, vizinhos, ou simples conhecidos. Veja-se o caso que envolveu Ismael e Joaquim, que, no ano de 1918, por motivo fútil, partiram para uma luta corporal.

Na hora do ‘lunch’ – uma contenda entre trabalhadores

Ambos [eram] portugueses, o Ismael, garrafeiro de 31 anos, solteiro e morador à rua Senador Pompeu, n. 138, e o Joaquim Manuel Soares, carregador, de 37 anos e morador à rua Frei Caneca, n. 148, encontraram-se no botequim dessa última rua, n. 194, onde o primeiro disse uma piada ao segundo.

O Joaquim não gostou do dichote, conquanto as testemunhas do fato afirmem que ele nada tinha de ofensivo, e erguendo o braço, empurrou tamanho murro no Ismael, que este se viu na contingência de dar-lhe outro em troca. E atracaram-se, rolando no chão e socando-se mutuamente.

A polícia do 12º distrito, acudindo aos gritos, prendeu os contendores, que foram autuados (A RUA, 8 mar. 1918, p. 5).

Ocorrida em um botequim do centro urbano, a briga envolveu dois trabalhadores ambulantes: um era garrafeiro; o outro, carregador, exercendo, ambos, atividades que tinham presença significativa de portugueses. Provavelmente, os dois eram velhos conhecidos, pois igualmente circulavam pelas ruas, contribuindo, com seus pregões, para a babel em que se transformara a cidade. O fato de estarem nas dependências do botequim, para um lanche de tarde, levava, possivelmente, a que o álcool já corresse em suas veias, alterando suas atitudes, fazendo com que uma piada, considerada de mau gosto pelo carregador, se transformasse em briga.

Algumas notícias permitem penetrar um pouco nas zonas de sombra que encobrem os relacionamentos domésticos. Da mesma forma que o temperamento agressivo com relação a um conterrâneo, visto como desafeto, motivou agressões de rua, ou brigas no interior de estabelecimentos comerciais, igualmente mulheres foram alvo de agressões praticadas por compatriotas que, em situações variadas de relacionamento, tornaram-nas vítimas, no espaço do lar, ou em espaços de ilicitude.

O ciúme, por exemplo, levou o português José Joaquim de Souza a se apresentar, às “sete horas da noite”, do dia 26 de maio de 1891, à 8ª estação policial, “declarando ter dado uma facada na mulher”. A notícia, publicada no jornal *O Paiz*, mereceu o seguinte comentário do repórter: confessou o delito “assim como quem noticiava haver comido gostosamente arroz com marisco” (O PAIZ, Rio de Janeiro, 26 maio 1891, p. 1). Segundo a declaração do agressor, ele tinha sido levado a agredir a mulher “por ciúmes”, o que, possivelmente, também era por ele naturalizado, tendo em vista que o crime cometido tinha justificativa social.

Não foi apenas em casos domésticos que pudemos constatar a violência contra a mulher. Ela se fez presente, também, no mundo da prostituição, situado nos bastidores dos processos migratórios. Se portugueses e galegos estavam distantes do chamado “tráfico de brancas” (MENEZES, 1992), aproveitaram-se do fato da prostituição grassar na cidade para buscar meios de sobrevivência que não implicasse em seu trabalho. A exploração de compatriotas tornou-se, assim, comum na cidade, como um “bordel a céu aberto”. Destaque-se, ainda, que alguns tornaram-se proprietários de imóveis, explorando quartos de alugar, em atendimento ao *trottoir* das ruas. Quem sabe fossem, também, proprietários de imóveis que abrigavam casas de tolerância espalhadas pela cidade; caso, ainda, por ser comprovado.

No caso dos proxenetas portugueses, os dados coletados demonstram que, em geral, exploravam de uma a três mulheres, incluídas esposas e outras familiares, sendo capazes, segundo alguns depoimentos, de atos de grande brutalidade, como João Gomes de Azevedo, natural da freguesia de Boivanche, concelho da Ponte da Barca, que costumava espancar a esposa, por ele explorada, com o cabo de vassoura, conforme declararam testemunhas que costumavam escutar seus gemidos (MENEZES, 1996, p. 165).

Por último, destaque-se a questão do acolhimento de novos imigrantes por conterrâneos já instalados na terra de chegada, em geral, familiares e amigos. Essa possibilidade, no caso dos portugueses explica, por exemplo, porque os números de entrada na hospedaria da Ilha das Flores, situada no fundo da baía (atual município de São Gonçalo) não têm proporcionalidade com os números de entrada no porto do Rio de Janeiro, atingindo percentuais quase insignificantes, se for levado em consideração o fato da imigração portuguesa ser amplamente majoritária na cidade.

O acolhimento, porém, com raras exceções, em nada era *gratuito*. Ou seja, a casa e a comida eram trocadas por trabalho, não raras vezes, trabalho exaustivo e com poucas possibilidades de descanso, pois era comum que, terminadas as tarefas nos estabelecimentos comerciais, novas ocupações esperassem o *acolhido* no interior do lar de quem o recebia.

Ainda que represente um caso extremo, a notícia abaixo demonstra como a autoridade do *acolhedor* podia se desdobrar em autoritarismo e violência.

ASSASSINATO

Com esta epígrafe noticiamos no dia 12 do corrente o ato feroz de Manoel José Baptista, negociante de secos e molhados, à rua Alcântara, n. 161, que dera uma facada mortal em seu afilhado José Borges Pires, por haver admitido na turma de [ilegível] de que era chefe um indivíduo que não lhe era simpático. E noticiamos, dissemos que Batista negara o crime.

Hoje temos a sua confissão. Declara que deu o golpe mortal com a faca de cortar [ilegível] e que a tanto fora levado pelas injurias que proferira seu afilhado, a quem sempre repreendia por seu mau procedimento.

O delegado da 12ª circunscrição requisitou logo o mandado de prisão de Manoel Baptista, que foi recolhido à Casa de detenção (O PAIZ, 17 mar. 1896, p. 1).

Não foram encontrados, ainda, exemplos de que o sentimento de revolta por parte de *caixeirinhos* explorados tenha evoluído para atos extremados de violência contra um *pai-patrão*,

mas, a quantidade de menores nas ruas parece indicar que para lá iam não apenas os que perdiam o emprego, e, conseqüentemente, casa e comida, mas também aqueles que fugiam da exploração e, possivelmente, dos maus tratos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto busquei, de forma bastante livre, discorrer sobre os impactos da pandemia no viver cotidiano e sobre as formas pelas quais a crise epidemiológica amplificou o uso das tecnologias de informação, dando o sentido da presença na distância, mediado pela tela do computador. Na análise desse processo, ousei apresentar os resultados de uma pesquisa, que teve como fonte única matérias publicadas pelos jornais, a partir das facilidades oferecidas pelas hemerotecas digitais, em especial, pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em tempos de perplexidades e dor, busquei demonstrar, com minha experiência pessoal, como tempos de crise possibilitam descobertas e descortinam novos mundos. Ou seja, que nosso viver cotidiano mudou e continuará a mudar, cada vez com maior velocidade; que mudou, e continuará mudando, a Escola, em relação ao modelo estruturado no século XVIII; que mudou e continuará mudando o trabalho, com o perigo real do aprofundamento do sequestro do tempo do trabalhador; que mudou, e continuará a mudar, a ciência, na busca do enfrentamento com novos eventos pandêmicos; que mudou, e continuará mudando o ser humano.

Se para melhor, ou pior, só o tempo dirá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBIER, Frédéric; LAVENIR, Catherine B. *Histoire des médias: de Diderot a Internet*. Paris: Armand Colin, 1996.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Nacional: A Rua, 1918; Correio da Manhã, 1910; Jornal do Brasil, 1900; O Paiz, 1896, 1890. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Diversos acessos.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1972. p. 37, 59.
- _____. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 53, 78.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique: La construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997.
- EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1977. p. 25.
- MENEZES, Lená M. de. *Tramas do Mal: imprensa e discursos sobre a revolução*. Rio de Janeiro: Ayran, 2019.
- _____. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- _____. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 2).
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *A bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Cabe um destaque ao protagonismo de Wedwood, *pai* da porcelana inglesa, na abertura do canal de Mercy, antes mesmo da primeira fábrica de Arkwright aparecer, tendo como motivação a necessidade de transportar o aparelho de chá e jantar, retratando paisagens da Inglaterra, encomendado por Catarina da Rússia, até o porto de Liverpool, tendo em vista o perigo que representaria transportar suas peças aos atolamentos e conseqüentes movimentos para erguer as rodas das carroças pelos caminhos que levavam ao porto do norte.

² Observe-se que, no início do século, apareceu o triciclo, que passou a disputar os mesmos espaços. No caso deles, porém, a carga costumava ser leve, como pães, por exemplo.

³ Nesse processo, o fator empregabilidade teve um papel fundamental, posicionando-se como fator de atração de novos imigrantes, criando, ao lado de algumas fábricas, verdadeiras *aldeias desterritorializadas* (ver MENEZES, 2017).

⁴ Cf. Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal de 1904, anexo ao Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores do mesmo ano.

Recebido em agosto de 2021

Aprovado em agosto de 2021